

# **Construção da memória e devoção na escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil.**

Almeida de Souza y Juliana Beatriz.

Cita:

Almeida de Souza y Juliana Beatriz (2013). *Construção da memória e devoção na escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/314>

## **CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DEVOÇÃO NA ESCOLHA DE NOSSA SENHORA APARECIDA COMO PADROEIRA DO BRASIL**

*Juliana Beatriz Almeida de Souza*  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil*  
*jbeatriz@ufrj.br*

A busca por símbolos que representassem a República contribuiu, e é nesta trilha que este trabalho procura investir, para o desenvolvimento oficial ou, talvez se possa dizer, para a nacionalização do culto a Virgem de Aparecida no Brasil. Inspirada no imaginário francês, a Primeira República brasileira também desejou representar-se pela imagem da mulher. O uso da alegoria feminina baseava-se em um sistema de interpretação do mundo e buscava preencher o vazio deixado pela saída de cena, com o fim do Império, da figura central do Imperador D. Pedro II.<sup>1</sup>

O caminho de reflexão que se está propondo aqui, não é tanto o de uma competição entre Igreja Católica e Estado republicano, mas, muito mais, o da compreensão da necessidade da Igreja, diante da nova situação, de reafirmar sua posição na sociedade. Todo o processo de reorganização administrativa e pastoral que ela se impõe, nesse período, parece evidenciar sua tentativa de mostrar-se como poder distinto e imprescindível aos laicos olhos do novo governo. Ao incentivar o culto a Nossa Senhora Aparecida, desde os primeiros momentos da República, é bem possível que a hierarquia católica ainda não tivesse claro a possibilidade de transformá-la em padroeira do país. Além do que, na medida em que ela é uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, Aparecida era apenas uma invocação local que precisava aos poucos sendo transformada em representativa do nacional.

Segundo R. C. Fernandes<sup>2</sup>, a "primeira notícia de uma romaria a Aparecida organizada por oficiais da Igreja é de 1873. Foi dirigida pelo padre de Guaratinguetá, a cuja jurisdição pertencia o Santuário." Antes dessa data, portanto, romarias independentes eram feitas há mais de um século. Já nos dois

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 81.

<sup>2</sup> FERNANDES, R. C.. Aparecida: nossa rainha, senhora e mãe, saravá! In: SACHS, Viola (org.). Brasil & EUA

primitivos documentos sobre Aparecida, citados aqui, são mencionadas peregrinações de romeiros, que também surgem dos relatos do início do século XIX. "Desde 1745, o Santuário possuía casas de hospedagem de romeiros; eram casa com grandes salas e uma cozinha. Para os animais da tropa, existia o 'pasto da Santa'. Geralmente os peregrinos utilizavam-se de cavalos para montar e viajar, e burros e mulas para o transporte de lenha, roupa e trastes de cozinha. As tropas foram o único meio de transporte do povo até o advento da estrada de ferro, em 1877"<sup>3</sup>.

A chegada dos trilhos da Estação Central do Brasil, em 3 de julho de 1877, com a inauguração da estação de Aparecida do Norte, facilitou em muito as romarias que começaram a ser feitas também através da estrada de ferro. Mas foi, em 1900, que o episcopado brasileiro oficializou a política de promoção de romarias. O Papa Leão XIII determinara que se comemorasse a passagem do século no ano de 1900, em Roma, e, em 1901, nas outras regiões do mundo. Aparecida sentiria as influências da comemoração do Ano Santo da Redenção, como registrou o Livro do Tombo da Paróquia: "Exortando a solenizar a passagem do século XIX e o advento do século XX, o Ex.mo. e Reverendíssimo Bispo Brasileiro recomendou ao clero e aos fiéis das suas Províncias eclesiásticas o singular efeito das romarias como homenagem a Nosso Senhor Jesus Cristo. Foi assim que muitas romarias grandes se dirigiram para o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, bem sabendo que se vai a Jesus mediante Maria. Per Mariam ad Jesum!"<sup>4</sup>

Em 1900, chegavam a Aparecida as primeiras romarias oficiais vindas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tais romarias se tornariam uma tradição, sendo promovidas anualmente até a década de 30: uma em 8 de setembro, por ocasião da festa da Natividade de Maria e a outra, em 12 de dezembro na comemoração do dia da Imaculada Conceição. De Aparecida ia se fazendo, pouco a pouco, um lugar de memória nacional. Além das romarias de São Paulo e Rio de Janeiro, em

---

<sup>3</sup> BRUSTOLONI, Júlio. *A Mensagem da Senhora Aparecida*: nos 100 anos da Missão Redentorista, nos 250 anos da existência do Santuário. Aparecida: Ed. Santuário, 1994. p. 167.

<sup>4</sup> Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1893 - 1913. Memorial. fl. 43. Arquivo da Cúria de Aparecida.

1900, foram registradas no Livro do Tombo romarias vindas de Lorena, com cerca de 800 pessoas; de Guaratinguetá, com cerca de 5.000; e também de Taubaté<sup>5</sup>. Não se pode deixar de notar, claramente que, nesse momento, são as povoações do Vale do Paraíba mais próximas de Aparecida que primeiro se comoveram e se moveram em direção ao Santuário.

As romarias, como forma de devoção, representam um estado intermediário em que, depois da queda e do exílio, o homem busca a reconciliação com Deus. A peregrinação, como forma de se encontrar a salvação, corresponde, assim a remissão dos pecados. Nela, o peregrino, que se desloca por grandes distâncias para alcançar os santuários, deve demonstrar a dor causada por sua segregação, buscando pagar por seus erros<sup>6</sup>.

Foi, também, em 1900, que se publicou o primeiro número do jornal semanário **Santuário de Aparecida**, com a aprovação do bispo de São Paulo, D. Antonio Cândido Alvarenga, como o único órgão representante do Santuário. O contrato firmado entre a Comissão administrativa do Santuário e o diretor imediato do jornal definia-o, no parágrafo 2º, como "religioso, com o fim especial de propagar e conservar o culto e a devoção à Nossa Senhora Aparecida" e determinava, no parágrafo 3º, que: "Toda e qualquer polêmica de caráter pessoal será excluída deste Jornal, assim como todos os ataques contra qualquer Autoridade legitimamente constituída, seja eclesiástica, seja civil."<sup>7</sup>

Aparecida ia ganhando crescente importância religiosa e ia também se adequando aos tempos republicanos. Em novembro de 1901, na Carta Pastoral Coletiva dos Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil, comunicando o resultado da reunião plenária realizada em São Paulo, registra-se o desejo dos bispos de promover a coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida. D. Arcoverde, como arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, foi

---

<sup>5</sup> Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1893 - 1913. Memorial. fl. 43 - 44. Arquivo da Cúria de Aparecida.

<sup>6</sup> BAUMANN, Teresa. A Gesta de Anchieta: a construção do "outro" nas idéias e práticas jesuíticas nos quinhentos. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. p. 33 - 35.

<sup>7</sup> Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1893 - 1913. fl. 10. Arquivo da Cúria de Aparecida.

quem teve a incumbência de fazer a solicitação junto a Santa Sé, o que ocorreu em novembro de 1903. A Súplica, dirigida ao Papa Pio X, foi por ele encaminhada ao Capítulo do Vaticano, a quem cabe coroar imagens milagrosas.

D. Arcoverde recebeu o direito de coroar a imagem, tendo escolhido o dia da Natividade de Nossa Senhora, 8 de setembro, para a festa. Era a primeira vez que se fazia uma cerimônia de coroação no Brasil. Desde os primeiros meses de 1904, como registra o Livro do Tombo<sup>8</sup>, começaram os preparativos da festa da coroação, contando com o empenho não só da administração do Santuário, como também com a contribuição dos fiéis. O jornal **Santuário de Aparecida** noticiava o nome e a contribuição de cada devoto. Para o programa da festa, uma das primeiras idéias foi a promoção de uma romaria vinda de São Paulo e outra do Rio de Janeiro. Foi também planejada a inauguração de um monumento comemorativo da definição dogmática da Imaculada Conceição, que a diocese de São Paulo iria construir. Em 5 de março, o **Santuário de Aparecida** anunciava as comissões especiais que se formariam: Comissão da Peregrinação; do Monumento; das Festas na Catedral; de Donativos. Além de quatro hotéis, a cidade anunciava a existência de seis pequenas casas que preparavam novas acomodações para os romeiros, de casas a serem alugadas, de casas de família que se dispunham a receber peregrinos e de terrenos nas vizinhanças, onde se poderia montar acampamentos. A expectativa era, pois, para uma grande vinda de devotos da Virgem, dos mais diversos lugares<sup>9</sup>.

Pelo programa completo da festa, a coroação seria antecedida por conferências religiosas, missas, recepção da romaria vinda de São Paulo, missa pontifical celebrada por D. Arcoverde, e sermão na praça. Após a coroação, seria entoado o hino de Nossa Senhora Aparecida, inaugurado o monumento, realizada uma procissão, encerrando-se a festa com um Te-Deum. O programa era acompanhado de avisos sobre como seriam realizadas as confissões, comunhões e ofertas, e ainda sobre a publicação de um número especial, comemorativo da coroação do jornal **Santuário de Aparecida**. Além dele, seria também impresso

---

<sup>8</sup> Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1893 - 1913. Memorial. fl. 50. Arquivo da Cúria de Aparecida.

<sup>9</sup> A Festa da Coroação. Santuário de Aparecida, Aparecida, 13 de agosto de 1904, n. 39. p. 1, c. 2.

um **Manual do Devoto de Nossa Senhora Aparecida**: "Uma bela e útil lembrança da coroação[...]"<sup>10</sup> O **Manual do Devoto** foi publicado, em junho de 1904, com aprovação do arcebispo do Rio de Janeiro e dos bispos de São Paulo e do Amazonas<sup>11</sup>. Ele trazia várias informações como o horário de funcionamento da Sala dos Milagres<sup>12</sup>, além de relatar uma série de graças concedidas pela Virgem<sup>13</sup>.

Com a solenidade de coroação, os bispos buscavam renovar e oficializar o gesto que a devoção popular já havia manifestado, colocando, desde o início do seu culto, manto e coroa na imagem. Mas, além dessa intenção, pode-se entrever o desejo de mostrar ao Governo republicano a força da fé católica que encontrava grande ressonância nos sentimentos populares. A 08 de setembro daquele ano, a Igreja Católica brasileira coroava Nossa Senhora Aparecida. Como Rainha da República, a Igreja poderia torná-la o símbolo feminino que o novo regime tanto procurava. Na coroação da Virgem residiria a tentativa de se congregar o povo brasileiro em torno de sua imagem. Uma tentativa católica de aproximar a Igreja do Estado republicano, demonstrando toda a sua importância na sociedade brasileira.

D. Arcoverde, que fora comissionado para, em nome do Capítulo de São Pedro, coroar a imagem de Nossa Senhora Aparecida, preferiu subdelegar a honra ao bispo de São Paulo, D. José de Camargo Barros. Foi, ele pois, que pousou a coroa sobre a imagem, diante do olhar da multidão de peregrinos e clérigos na praça em frente a igreja. O comparecimento dos populares foi muito significativo. Só romeiros vindos da cidade de São Paulo foram cerca de 1.200. Entre devotos e autoridades, aproximadamente 6.000 pessoas assistiram à cerimônia<sup>14</sup>. O presidente Rodrigues Alves não compareceu, mas enviou um

---

<sup>10</sup> *ibid.*, p. 4.

<sup>11</sup> Primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1893 - 1913. Memorial. fl. 50. Arquivo da Cúria de Aparecida.

<sup>12</sup> MELLO, José Marcondes Homem de. Coroação de Nossa Senhora Aparecida. (Poliantéia da Festa) São Paulo: Duprat & Comp., 1905.

<sup>13</sup> Coroação. Breve resumo das coroações de imagens de Nossa Senhora. Santuário de Aparecida, Aparecida, 27 de agosto de 1904, n. 41. p. 1, c. 1.

<sup>14</sup> Nas fotos reproduzidas nas páginas seguintes, pode-se perceber a concorrência dos populares. *apud*. MELLO, José Marcondes Homem de. Coroação de Nossa Senhora Aparecida. (Poliantéia da Festa) São

representante e um telegrama com suas "respeitosas homenagens"<sup>15</sup>. A data ficou marcada no calendário das festas de Aparecida, tendo se tornado a celebração mais concorrida pelos fiéis até início dos anos 1950.

Alçar essa Virgem como símbolo da Igreja era manter um equilíbrio sutil entre a continuidade e o rompimento, a tradição e a mudança. Um culto de mais de dois séculos, com uma história recheada de personagens importantes - homens públicos e homens comuns - e com força devocional suficiente para impressionar o laico governo republicano. Aparecida tinha tudo para ser o grande traço de união, simbólico entre todas as etnias e posições sociais que habitavam esta singular nação mestiça, católica, republicana. Símbolos e projetos, guardados pela memória, são uma amarra fundamental para a identidade de um indivíduo, de um grupo ou de um povo. Eles ordenam e dão significado aos fatos de uma história, seja da vida de uma pessoa, seja de uma nacionalidade. "A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse se passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações."<sup>16</sup> A Virgem de Aparecida ia se constituindo aos poucos no símbolo da devoção religiosa popular e da força da hierarquia católica. Coroada, Aparecida devia reinar sobre o povo brasileiro, lembrando-o da importância de não se afastar dos princípios religiosos que eram também os da ordem e do amor à pátria. Em lugar da figura do rei paternal, a Igreja Católica oferecia a figura maternal de uma rainha, com poderes especiais para ouvir as demandas de seu povo e para atendê-las quando de justiça.

No período posterior à coroação, já pode ser percebido um aumento do afluxo de fiéis ao santuário. As informações do Livro do Tombo da Paróquia, apesar de poucas e irregulares, permitem uma análise geral deste desenvolvimento pelo confronto dos números. O dado mais contante, confiável e significativo, como

---

Paulo: Duprat & Comp., 1905. BRUSTOLONI, J.. A Senhora da Conceição Aparecida. Aparecida: Ed. do Santuário, 1986.

<sup>15</sup> apud. MACHADO, J. C.. Aparecida na história e na literatura. Campinas: s/ed., 1983. p. 357.

<sup>16</sup> VELHO, G.. Memória, identidade e projeto. Uma visão antropológica. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 95, p. 119 - 126, out. - dez. 1988. p. 124.

indicador do fato é o do número de comunhões feitas por ano, pois o número de romeiros não é possível de estimar, já que, na maioria das vezes, só há, nos registros comentários dizendo que chegou uma numerosa ou um pequena romaria. Quando há dados numéricos, os mais vultuosos são sempre os de São Paulo e, em seguida, os de São José dos Campos, em média 1.200 pessoas. mas o número de comunhões cresce de 15. 408, em 1905, para 98.920, em 1928, quando houve 26 romarias ao santuário. Um aumento bastante expressivo tanto de uma possível maior importância dada aos sacramentos quanto do desenvolvimento da própria devoção. É verdade, no entanto, que as romarias continuam vindo do centro-sul, e principalmente do estado de São Paulo, secundado em menor escala as do estado do Rio de Janeiro.

Com a aproximação dos vinte e cinco anos da coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida, era preciso comemorar a data. Corria o ano de 1928<sup>17</sup>. Com um requerimento enviado a Roma, o vigário da Basílica de Aparecida, padre redentorista Antão Jorge, de acordo com o bispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, pediu as indulgências jubilares para o ano de 1929. Dirigiu, ainda, em 16 de setembro de 1928, uma carta a todos os arcebispos, bispos e prelados do país, pedindo que abençoassem e colaborassem com a comemoração do 25º aniversário da Coroação da imagem de Aparecida. Em seguida, enviou ao arcebispo-coadjutor, D. Sebastião Leme, o mesmo convite, requerendo ainda que assinasse uma petição ao Papa, solicitando a proclamação da Virgem de Aparecida para Padroeira oficial do Brasil<sup>18</sup>. A carta aos bispos brasileiros dava o tom da convocatória e de qual seria objetivo principal daquela reunião no ano do jubileu. A Virgem tinha, nos últimos anos, demonstrado todo o seu amor pelos católicos brasileiro, intermediando inúmeras graças. O **Manual do devoto**<sup>19</sup>, enviado junto com a carta, dava a conhecer o desenvolvimento e as práticas

---

<sup>17</sup> Em 1928, Aparecida torna-se cidade, separando-se politicamente da cidade de Guaratingutá, pela Lei nº 2.312. Segundo Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1814 - 1933. fl. . Arquivo da Cúria de Aparecida.

<sup>18</sup> Segundo Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1814 - 1933. fl. 121v. Arquivo da Cúria de Aparecida.

<sup>19</sup> Em 1917, é feita uma segunda edição do **Manual do Devoto** que, como já foi dito foi lançado pela primeira vez por ocasião da coroação da imagem. Essa nova edição contava com uma apresentação do bispo de São Paulo, D. Duarte.



religiosas da devoção à Virgem. Era momento agora de reconhecer seu poder "Não há Estado desde o Amazonas até o Prata que não tivesse recebido graças e não prestasse suas homenagens à sua excelsa Padroeira. Logo é justo que no ano de 1929 receba esta grande Protetora uma manifestação solene de gratidão e do amor filial de todo o povo brasileiro"<sup>20</sup>.

Gratidão, amor filial, incremento da devoção, importante para a regeneração social. Estavam dados os elementos básicos presentes no discurso de proclamação do padroado da Virgem sobre o Brasil. Mãe e protetora desse povo, Aparecida cumpria seu papel, intercedendo na "ordem natural e sobrenatural"<sup>21</sup>, o que equivale dizer que seu poder não se restringia aos desígnios de Deus, mas também atuava sobre aspectos não tão espirituais da vida humana. Aos poucos, ela ia assumindo, cada vez mais, o papel de resguardar o povo brasileiro, em face das conjunturas políticas e sociais. Já tinha sido assim diante da proclamação da República.

Na promulgação do Jubileu, D. Duarte publicou uma Carta-Circular, em que defendia a existência de laços devocionais profundos entre Aparecida e o povo brasileiro: "desde os mais longínquos recantos do sertão, até os grandes centros de maior civilização e progresso."<sup>22</sup> As romarias, que cresceram sobretudo depois da coroação da imagem, em 1904, demonstravam o aumento da piedade e do reconhecimento daquela Senhora como mãe e consoladora dos brasileiros. A sua proclamação como padroeira só viria a confirmar esses sentimentos de carinho e devoção. O Episcopado pedia, então, a Santa Sé o *reconhecimento* do padroado da Virgem sobre o Brasil. Não era, pois, uma nova realidade que se queria construir: o caso era o de se *reconhecer* o que já acontecia. A formulação do discurso legitimador da escolha de Nossa Senhora Aparecida passa sempre pela idéia do grande número de fiéis que ela teria arrebanhado por todo o país, ao longo dos dois séculos da sua história devocional. Isso dava-lhe condições para assumir oficialmente o papel que já

---

<sup>20</sup> apud. POLIANTÉIA do Jubileu da Coroação. Aparecida: Ed. Gráf. de Aparecida, 1929. p. 6 - 7.

<sup>21</sup> ibid..p. 6.

<sup>22</sup> ibid..p. 4.

exercia: fazer o Brasil "grande, glorioso e unido, sob a bandeira da Virgem Imaculada."<sup>23</sup>

D. Duarte, então, convidava os fiéis de todo o Brasil para, em Aparecida, "comungar [...] nesses sentimentos de patriotismo e devoção a Nossa Senhora, apertando assim os laços que nos unem como católicos e como brasileiros." E dava uma chave de compreensão do significado daquela manifestação: ainda estava em pauta o lugar da Igreja Católica na sociedade brasileira. A concorrência, principalmente de protestantes e comunistas, ameaçava a hegemonia católica. Era preciso marcar uma firme posição. Nossa Senhora Aparecida podia ser um veículo eficaz do discurso católico.

Sob o reinado da Virgem de Aparecida se criava uma equivalência entre termos: ser brasileiro era ser católico. O jornalista Lacerda de Almeida, em artigo escrito depois de assistir a festa do Jubileu, diz ter-lhe chamado atenção o fato de todos os discursos pronunciados pelos bispos tocarem na questão da unidade nacional. Com mais ou menos eloquência, todos "ligaram as duas idéias inseparáveis da Religião e Pátria, todos acentuaram a poderosa e decisiva influência da religião nesse fato". O autor, então, é levado a refletir sobre o que mantinha o Brasil coeso, resistindo ao "cupim metodista e ao germen comunista". Não era a República, nem os vários progressos, nem o exército ou a diplomacia, nem tampouco a raça. Segundo L. de Almeida, eram as tradições e a história que conservavam a nacionalidade e a religião era o que havia de mais íntimo da vida nacional. Mas para haver unidade nacional, era preciso que todos pensassem uniformemente em termos de religião. Caso contrário, se estaria sujeito a "desordens funcionais, enfermidades sérias", "germens que nos ameaçam e debalde tentam nos sufocar". Assim, era "um erro fatal o ponto de vista da nossa lei basilar, o Estado para uma banda, a Religião para outra, olhando-se, senão hostil, ao menos indiferentemente". Mas esse erro "insensivelmente vamos corrigindo a medida que a aproximação inevitável entre a Igreja e o Estado, a medida que os governos dão satisfação aos votos e inclinações da alma nacional." Só assim estaríamos livres das ameaças à nossa

---

<sup>23</sup> ibid., p. 5.

soberania e à nossa coesão interna. E as festas do Jubileu revelavam uma liderança irreprochável para os destinos brasileiros: "a Virgem Santíssima Rainha do Brasil a guiar-nos os passos como outrora no período colonial, quando Anchieta traçava o seu santíssimo nome nas areias da praia e removia o terror da catástrofe que nos ameaçava, a Confederação dos Tamoios."<sup>24</sup>

Aparecida mais uma vez apontava o rumo para a conciliação entre a Igreja Católica e o Estado republicano. O discurso de D. Leme, no dia 7 de setembro, invoca mais uma vez a indissociabilidade entre o patriotismo e o catolicismo. Ao encontro da "imagem pequenina e humilde" de Nossa Senhora Aparecida vinha o "caboclo", "flor peregrina da raça", e sua oferta aos pés da Senhora irradiava "auroras de uma era nova para a pátria, a qual saúda em tua raça ignorada as energias e as reservas mais fortes da nacionalidade." A Virgem era "glória do nosso passado, honra do nosso presente, esperança do nosso futuro, ideal amigo da nossa raça." Assim, ela devia guardar o coração do povo brasileiro que desejava: "Em vosso trono de Rainha, rutilante para sempre gloriosa e imortal a bandeira da minha pátria! Em vosso colo de Mãe, palpitem para hoje e sempre o coração do povo brasileiro."<sup>25</sup>

Estiveram presentes no Congresso Mariano, 24 bispos<sup>26</sup>, entre 20.000 e 30.000 romeiros compareceram às solenidades, cerca de 15.900 pessoas receberam a Eucaristia e aproximadamente 400 missas foram celebradas<sup>27</sup>. No final do Congresso, foi encaminhado a Roma, um "ofício com as assinaturas de todos os bispos presentes e autoridades, pedindo o favor da declaração de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil"<sup>28</sup>. A notícia da concessão do indulto foi finalmente recebida por D. Duarte em telegrama do dia 1º de maio de

---

<sup>24</sup> *ibid.*.p. 47.

<sup>25</sup> *ibid.*. p. 33.

<sup>26</sup> Segundo Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1914 - 1933. fl. 129v. Arquivo da Cúria de Aparecida.

<sup>27</sup> POLIANTÉIA do Jubileu da Coroação. Aparecida: Ed. Gráf. de Aparecida, 1929. p. 42. As fotos reproduzidas nas páginas seguintes foram retiradas, respectivamente, da Poliantéia e de: BRUSTOLONI, J.. A Senhora da Conceição Aparecida. Aparecida: Ed. do Santuário, 1986.

<sup>28</sup> BRUSTOLONI, Júlio. A mensagem da Senhora Aparecida: nos 100 anos da Missão Redentorista, nos 250 anos de existência do Santuário. Aparecida: Ed. Santuário, 1994. p. 160.

1930 e foi comunicado aos fiéis durante a festa oficial de Nossa Senhora Aparecida que era celebrada no dia 11 de maio<sup>29</sup>.

Em 16 de julho de 1930, o Papa Pio XI assinou o decreto, considerando oportuno atender à petição dos bispos, por acreditar servir sua aceitação para o bem espiritual do povo brasileiro e de incentivo ao aumento da devoção mariana, ao ir de encontro com o desejo de todos os católicos brasileiros que veneravam a Imaculada Conceição quase desde os primeiros anos do "descobrimento". E, assim sendo, decretou o Papa: "*motu proprio* e conhecimento certo e madura reflexão nossa, na plenitude de Nosso poder Apostólico, pelo teor das presentes Letras, constituímos e declaramos a Beatíssima Virgem Maria concebida sem mancha, sob o título de Aparecida, Padroeira principal de todo o Brasil diante de Deus, acrescentando os privilégios litúrgicos e as outras honras, que pelo costume competem dos fiéis no Brasil e para aumentar cada vez mais a sua devoção à Imaculada Mãe de Deus"<sup>30</sup>

Depois da proclamação do padroado da Virgem de Aparecida sobre o Brasil, o momento era o de comemorar. Propagar aos católicos do país a conquista que tinham obtido. Conquista de todos. O episcopado tinha sido apenas porta-voz dos sentimentos nacionais. Um acontecimento, assim, de tamanha relevância merecia manifestações excepcionais de júbilo. A festa foi preparada com antecedência e em todos os detalhes para marcar a memória do povo e do governo brasileiros e não deixar dúvidas quanto à sua importância. A comemoração, preta de significados, precisava de um espaço especial. Um lugar representativo e com representatividade para toda a nação, onde a mística católica de representação simbólica do seu poder pudesse ser posta em movimento. Era o ano de 1931. O lugar, a capital federal, a cidade do Rio de Janeiro.

A 22 de abril de 1931, o cardeal arcebispo D. Sebastião Leme fez circular, para o clero e os fiéis, sua idéia de consagrar uma semana a solenidades em honra

---

<sup>29</sup> Segundo Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. 1914 - 1933. fl. 132v. Arquivo da Cúria de Aparecida.

<sup>30</sup> apud. MACHADO, J. C.. Aparecida na história e na literatura. Campinas: s/ed., 1983. p. 397.

à recém-declarada padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida.<sup>31</sup> Com a ajuda do arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, ele promoveu a ida da imagem ao Rio de Janeiro. A Carta Circular anunciava a festa e deixava entrever os seus objetivos: diante das incertezas do futuro, se faria uma concentração de fé e patriotismo, onde as diferenças sociais ou políticas seriam dirimidas em uma oração pública por uma "era de ordem, trabalho, paz e tranqüilidade para a família brasileira". As referências políticas são claras: aclamada em um "plebiscito de amor", a padroeira receberia o "voto nacional" em um movimento cujo alcance patriótico, diante das "transformações violentas da ordem política"<sup>32</sup>, não passaria despercebido. Em um contexto político de pós-golpe de Estado, a Carta Circular abusa das metáforas políticas. Mas, ao contrário do cenário político, o momento religioso era de consenso: Nossa Senhora Aparecida fora eleita pelo voto da nação, em um plebiscito de amor, paz e confiança.

Foram organizadas solenidades de 17 a 30 de maio, no Rio de Janeiro. A primeira semana tinha um caráter mais preparatório, era a "Semana Paroquial", na qual todas as paróquias do Rio de Janeiro deviam: promover novenário e pregação em honra da Virgem; promover, assim como os colégios católicos, ao menos uma sessão, "em forma de congresso paroquial", para estudos marianos, preferencialmente à noite; dedicar um dia à restauração das Congregações Marianas de Moços e outro para as Filhas de Maria; promover, todos os dias da semana, missa com cânticos e comunhão geral; e no dia 24 de maio, uma missa festiva, consagrando o povo a Aparecida, sendo que à tarde, nas paróquias suburbanas e rurais, que poderiam se organizar em grupos, deveria ser feita uma procissão em sua homenagem. Já nessa primeira parte do programa, pode-se perceber como a celebração do padroado foi pensada de forma a alcançar o máximo de pessoas. Recomendações cuidadosas e minuciosas como a de que as sessões paroquiais deveriam ser à noite ou mesmo a promoção de procissões nas áreas rurais e suburbanas, assim como a referente às missas para cada dia da

---

<sup>31</sup> apud. HOMENAGENS Nacionais a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Padroeira do Brasil. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1931. p. 10. A Carta Circular de D. Leme também se encontra publicado no Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 03 mai. 1931. Vida Católica, p. 12, c. 4 - 5.

<sup>32</sup> HOMENAGENS Nacionais a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Padroeira do Brasil. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1931. p. 10.

semana, aconselhando que se distribuíssem "os dias por diferentes associações ou categorias de fiéis: pais, mães de família, mocidade, crianças, operários, empregados domésticos, etc."<sup>33</sup>, deixam claro a preocupação de formular estratégias que abrangessem todos os tipos de fiéis.

A segunda parte do programa correspondia à "Semana Arquidiocesana", indo do dia 24 ao dia 30 de maio. A programação dessa semana foi discriminada dia a dia, marcando-se, inclusive, a hora dos eventos que incluíam missas solenes em várias igrejas da cidade e sessões de estudo para o clero. Para o dia 30 de maio, na catedral, previu-se pontifical de D. Leme, com assistência do clero e seminaristas, e a consagração do Brasil à Virgem. No dia 31 de maio, como fecho apoteótico, haveria a "procissão triunfal de Nossa Senhora Aparecida".

O Programa se encerrava com a discriminação dos temas para as pregações da semana paroquial e com as teses para as sessões solenes. Os temas - sete ao todo - para as pregações nas paróquias, entre os dias 17 e 24 de maio, giravam em torno do papel de Nossa Senhora na conversão dos pecadores e na prática das leis de Deus e, também, como padroeira, "mãe especial do povo brasileiro" e defensora da religião católica<sup>34</sup>. As quatorze teses para as sessões solenes enfatizavam igualmente a figura de Maria diante da cristandade como medianeira e corredentora dos homens, assim como seu olhar especial em favor de certos setores - a família, a mocidade, o operariado. Além disso, as teses contemplavam os santuários célebres de Nossa Senhora em todo o mundo e, em especial, o de Aparecida, destacando a presença da Virgem Maria nas artes e na literatura nacionais. A décima-terceira tese era o padroado da Virgem, mas talvez fosse a décima-quarta que desse o tom principal dessas comemorações: "N. Senhora - salvação do Brasil".

Através desses temas e teses, tem-se, então, uma chave para entender um dos significados da proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do

---

<sup>33</sup> apud. HOMENAGENS Nacionais a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Padroeira do Brasil. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1931. p. 11. O Programa da Semana da Padroeira do Brasil se encontra publicado também no Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 03 mai. 1931. Vida Católica, p. 12, c. 5.

<sup>34</sup> "3º - Os males da propaganda da heresia e erros contrários à fé católica. N. Senhora, defesa e baluarte da nossa Santa Religião (...) 7º - N. Senhora Aparecida - rainha e padroeira do Brasil, por aclamação do povo e concessão expressa do Vigário de Jesus Cristo. Gratidão e confiança nacionais." ibid. p.12.

Brasil. À proclamação correspondia, de acordo com a perspectiva católica, a possibilidade de reunir o "reinado social de Jesus" e a "salvação do Brasil" - apontados na oitava e décima-quarta teses, respectivamente. A Virgem de Aparecida requeria para si o papel de símbolo nacional ao propor uma unidade específica e inédita até então. A ela seriam correlacionados signos que se identificavam profundamente com o espírito nacional. Aparecida deveria sintetizar a alma, o caráter e a história do povo brasileiro.

No dia 30 de abril, foi expedido um Aviso assinado pelo Secretário do Arcebispado do Rio de Janeiro, Mons. Francisco de Assis Caruso<sup>35</sup>, regulamentando as "Semanas" da padroeira. É com a procissão de 31 de maio que a maior parte do Aviso se ocupa. A 24 de maio de 1931, outro documento era expedido. Dessa vez assinado pelo Mons. Luiz Gonzaga do Carmo, vigário da Glória e membro da Comissão Central das comemorações, além de organizador da procissão. O documento mostrava como o planejamento e a preocupação com os detalhes era a forma encontrada para garantir o sucesso das solenidades, e sobretudo da procissão do dia 31 de maio, pois era ela que externaria o poder agregador da Igreja Católica.<sup>36</sup> A hora, o itinerário, os grupos que desfilariam e os que não desfilariam, em função do grande número de inscritos na procissão, a localização daqueles grupos e ordem do desfile, tudo foi minuciosamente determinado. Afinal, a "desordem" estaria "em desacordo com os sentimentos" da fé católica<sup>37</sup>.

As cerimônias tornam visíveis os signos do poder e produzem imagens simbólicas passíveis de diferentes leituras e interpretações. Assim, seguindo a orientação de P. Burke<sup>38</sup>, não estarei preocupada tanto em descobrir "o que realmente aconteceu" na procissão, mas nos dispositivos simbólicos e rituais

---

<sup>35</sup> O Mons. Francisco de Assis Caruso era o responsável pela preparação da Missa Pontifical. HOMENAGENS Nacionais a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Padroeira do Brasil. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1931. p. 23.

<sup>36</sup> *ibid.*

<sup>37</sup> *ibid.* p.18.

<sup>38</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 54.

postos em ação que eram, portanto, produtores de sentido e significado para o imaginário da época.

Na noite de 30 de maio, a imagem, tirada do seu nicho, foi conduzida de trem de Aparecida até a Estação Central, no Rio de Janeiro. O Jornal do Comércio estampa, com riqueza, a notícia da vinda da Virgem de Aparecida à capital do país, manchete do 1º caderno do dia 1/2 de junho.

A saída da igreja em Aparecida se fez acompanhada de uma procissão com grande presença da população local e dos arredores, tendo alguns, inclusive, prosseguido até a capital. À frente da procissão vinha a cruz alçada, acompanhada das Filhas de Maria que montavam guarda ao andor da imagem que estava sobre um trono de ouro ofertado, em 1925, por uma romeira de Catanduvas. Os sacerdotes vinham em seguida e abrindo o cortejo, uma banda de música. As casas das ruas por onde passou a procissão ou tinham luminárias ou estavam completamente acesas. Na estação, o Arcebispo de São Paulo conduziu a imagem no seu trono para um altar montado em um dos carros do trem. O altar era forrado de seda azul, com rendas brancas - cores da Imaculada Conceição - e fitas douradas.

O trem, composto de um carro-chefe, um carro-salão e um carro-capela, também, fora preparado para levar sua especial passageira: retiraram-se as armas da República para a colocação de emblemas católicos e uma gravura de Nossa Senhora Aparecida que se iluminava com os faróis dianteiros da máquina<sup>39</sup>. Como os trajes e distintivos dos participantes da procissão, a ornamentação do trem, mais do que decorativa, evidencia a importância dos símbolos na representação do poder para o imaginário popular. Para além disso, faz-nos entrever o tema que será encenado: a Igreja como expressão simbólica da idéia de grandeza nacional. Por todas as estações, em que o trem passou se via fervorosas aclamações de fé. Na estação de Lorena, tocavam bandas de música, enquanto populares, praças e oficiais do Exército e da Força Pública aclamavam a Virgem.

---

<sup>39</sup> As fotos reproduzidas a partir daqui foram retiradas da Poliantéia de 1931, exceto a do interior do vagão que foi retirada de: BRUSTOLONI, Júlio. A Senhora da Conceição Aparecida: história da imagem, da capela, das romarias. 6ªed. Aparecida: Ed. Santuário, 1986.



A imagem foi recebida no Rio de Janeiro pelos populares já na Estação D. Pedro II. Retirada do trem pelo Arcebispo de São Paulo - D. Duarte Leopoldo e Silva -, a imagem foi colocada sobre um andor, perto do qual se encontrava D. Leme. Dali se formou um cortejo de centenas de carros até a praça da Igreja de São Francisco de Paula, à frente dos quais ia o de D. Leme com D. Duarte, levando a imagem. Mas, antes, ainda na Estação, D. Leme levantou-se no carro e pediu aos presentes, primeiro, que rezassem uma Ave-Maria pelo Brasil e, em seguida, entre várias invocações, que se fizesse mais uma para que Nossa Senhora iluminasse os que dirigiam o país.

No caminho do cortejo, novamente, postaram-se milhares de pessoas à espera da passagem da imagem. Automóveis em grande número buscavam as proximidades do Largo de São Francisco, onde o trânsito foi interrompido. Na rua Marechal Floriano, os moradores abriram nas sacadas e janelas colchas coloridas. No Largo de São Domingos, a igreja de mesmo nome foi aberta, ornamentada e toda iluminada. Próximo às ruas da Alfândega e Buenos Aires estavam as Irmandades do Sacramento, de Santa Efigênia e Santo Elesbão<sup>40</sup>. O comércio fechou as portas.

No Rio de Janeiro, repetiu-se, no trajeto percorrido pela imagem, o que já se vira em Aparecida e nas cidades por onde passara: casas e igrejas enfeitadas e iluminadas, devotos aplaudindo. O espetáculo da procissão atraía o público, ao mesmo tempo em que, em momentos bem marcados, evidenciava como parte fundamental a estrutura hierárquica que organizava. Se houve espontaneidade popular, também havia uma noção clara de começo, meio e fim da cerimônia. A encenação da procissão rompia a cotidianidade, criava um tempo especial, onde se punha em evidência as imagens que se desejava perpetuar na reafirmação da memória e na construção de uma identidade social. Eram os mesmos sujeitos e a mesma estrutura das relações sociais que, colocados em cena, resignificavam a lógica de seu cotidiano<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> As irmandades de Santa Efigênia e São Elesbão são irmandades tradicionais de negros, conhecidas por seu apego às tradições africanas.

<sup>41</sup> MATTA, R. da. Carnavais, paradas e procissões. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n° 1, p. 3 - 30, mai. 1977. p. 16.

Chegada a procissão no Largo de São Francisco, foi celebrada uma missa por D. Duarte, ao som de cânticos entoados pelas Filhas de Maria. Depois da missa, a imagem foi conduzida de carro por D. Duarte para a Catedral Metropolitana. Ali, uma vez a imagem posta no altar-mor, D. Duarte fez uma oração. Em seguida, o padre Antonio de Andrade subiu ao púlpito para descrever com detalhes a viagem da Virgem à capital. As ações rituais, assim, não parecem ser independentes das leituras que incidem sobre elas. No púlpito, o sacerdote recriava o acontecimento que a memória popular iria guardar através do seu relato. E, mais ainda, a cerimônia, em si, já era uma forma de retórica: uma afirmação adornada do poder da Igreja.

Por fim, chegou a hora da "Procissão Triunfal". À tarde, ela saiu da Catedral em direção à Esplanada do Castelo. Os sinos das igrejas marcaram o seu início às 14 horas. Em primeiro lugar, vinham os Escoteiros católicos, seguidos das Bandeirantes, das Ligas Católicas, das Congregações Marianas, das Filhas de Maria e da Guarda de Honra da imagem. Vinha, então o carro com a imagem. Nele, estava D. Duarte e o Núncio Apostólico - Mons. Masella. A seguir, os arcebispos e bispos, com suas mitras: um pequeno intervalo ocupado pelos cônegos da Catedral e, aí, D. Leme, vestido com seu manto de púrpura e arminho que era sustentado por um grupo de pajens, composto por meninos. Ele vinha ladeado pelos cavaleiros de S. Gregório, todos com os uniformes da Ordem. Por fim, seguiam as autoridades, membros da organização da festa e funcionários do Itamaraty, todos circundados por um grupo de oficiais do Exército. As autoridades públicas fechavam o cortejo que tinha a sua ala de frente toda composta por elementos integrantes do povo católico organizado. No núcleo, estavam a Senhora de Aparecida e a hierarquia católica. A disposição em que os atores entravam em cena reordenava, assim, a organização social. A procissão se fez entre imponente e comovedora manifestação de fé religiosa. Nas ruas milhares de pessoas aclamavam a Virgem. Mas se a procissão poderia causar certa uma impressão de tumulto, para além da agitação e do clamor popular, era a hierarquia que se punha em movimento.

Nas áreas próximas à Esplanada do Castelo, a concentração dos populares era ainda maior. Os aviões da Marinha faziam evoluções sobre o povo que se comprimia na Praça. Nela, não só estavam presentes representantes do poder, como, sobretudo, o poder seria representado. Cerca de quinhentas mil pessoas<sup>42</sup> estiveram presentes na procissão. A cerimônia reestruturava a praça pública em função das representações rituais. No tablado especial, junto ao altar armado na praça, Ministros de Estado e membros do Corpo Diplomático, com suas famílias. O cardeal D. Leme, iniciada a cerimônia, mandou uma comissão convidar Getúlio Vargas para ficar a seu lado<sup>43</sup>. Sob o aplauso dos fiéis, o Presidente subiu os degraus do altar e saudou o Cardeal. Só então a imagem de Nossa Senhora Aparecida foi retirada do carro-andor por D. Duarte que a levou ao altar. Ali, ele deu a imagem a beijar a D. Leme e, em seguida, satisfazendo um pedido de Getúlio Vargas, a aproximou do Presidente que também a beijou nos pés. Depois, vários sacerdotes fizeram uso da palavra, enaltecendo D. Leme, aclamando o Papa, saudando Getúlio Vargas e invocando a proteção da Senhora de Aparecida. A cerimônia terminou finalmente com a benção de D. Leme.

Hierarquia, prestígio, gestos simbólicos. A procissão e toda a cerimônia nos fazem lembrar a análise da sociedade de corte feita por N. Elias<sup>44</sup>. Aqui, também, cada gesto possuía um valor de prestígio e simbolizava a repartição do poder. Ato de fé e patriotismo, a cerimônia atingira seus objetivos máximos. A Nação republicana ganhava a proteção da Virgem negra de Aparecida, cuja mensagem de harmonia social podia bem fornecer recursos simbólicos para a consolidação das bases políticas do Estado nos anos 1930. A Igreja Católica dava aos populares e ao Estado um exemplo do seu poder e de sua grandeza para organizar a sociedade. Expressar-se-ia, assim, depois da solenidade, o Cardeal D. Leme:

---

<sup>42</sup> A avaliação dos jornais, assim como da Poliantéia, variam quanto ao número de presentes, estimando até um milhão de pessoas, número este que parece pouco verossímil para a época.

<sup>43</sup> No Diário de Getúlio Vargas, o presidente registrou ter participado da procissão: "Domingo, compareço à grande festa religiosa consagradora de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, [...]" VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995. v. 1. p. 64.

<sup>44</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Ed. Estampa, 1987.

Quando, à tarde de ontem, vi espriar-se aos pés do altar da Aparecida a onda humana que na Esplanada se comprimia, mais que nunca, senti orgulho de minha fé, da minha pátria e da minha cidade. Penso que ninguém me poderá levar em conta de exagero se afirmar que espetáculo como o de ontem nenhuma cidade do mundo poderia apresentar. Não são muitas as capitais que contam mais de um milhão de habitantes e não chegam a meia dezena as grandes cidades de população católica como a nossa. Bastaria esta reflexão para mostrar a razão e a justiça da minha afirmativa. Além disso, qual a cidade do mundo comparável à nossa, pela sua espontaneidade e vibração de sua fé religiosa, intensa, expansiva e transbordante? O Rio de Janeiro foi, na aclamação de ontem, a voz de toda a terra brasileira.<sup>45</sup>

Parece, pois, ter sido necessário que a Consagração do padroado de Nossa Senhora Aparecida se fizesse no Rio de Janeiro. Capital federal, coração da Pátria, "voz de toda a terra brasileira", o "mito do centro exemplar" tornava a sede do poder, por fornecer um modelo, capaz de moldar o mundo à sua volta, em uma aproximação da sua perfeição<sup>46</sup>.

Ainda em 1931, foi publicado a poliantéia "Homenagens nacionais a Nossa Senhora Aparecida". Nela se encontram reproduzidos um breve histórico da devoção desde o momento em que foi achada a imagem até aqueles dias, exortações, avisos e circulares que regulamentaram as comemorações do padroado, as comissões com os nomes que a integravam, as sessões das "Semanas", a descrição da procissão e por fim as notícias da imprensa. Tudo demonstrava a receptividade para com as gestões da Igreja que transformaram aquela manifestação religiosa em um ato de repercussão política nacional.

Os anos 1930, para a Igreja Católica, foram anos em que defendendo a hierarquia e a ordem, ela buscou sua consolidação interna e a reafirmação da sua imagem e poder na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, o Estado procurava instaurar uma nova ordem movida pela valorização do trabalho e baseada na conservação da família tradicional, a fim de conseguir o consenso e a conciliação das forças sociais e políticas. A religião católica se apresentava como um dos

---

<sup>45</sup> JUBILEU EPISCOPAL de D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro (1911 - 1936). Rio de Janeiro: s/ed., 1936.

<sup>46</sup> GEERTZ, C.. Negara: O Estado teatro no século XIX. Lisboa: Difel, s/d.

elos capazes de unir a todos, dentro do processo de formação de um "homem novo"<sup>47</sup>, fornecendo recursos simbólicos para legitimação política do Estado.

Por outro lado, o período pode ser percebido como o da reaproximação mais efetiva entre o Estado e a Igreja, tentando-se aparar mutuamente as arestas dessa relação. A 12 de outubro de 1931, foi inaugurado o Cristo Redentor no alto do Corcovado. Novamente estavam combinados os ingredientes do sucesso da procissão em homenagem à Virgem: uma semana de preparação dedicada ao Cristo, ato público com concentração popular e presença de bispos e autoridades públicas de todo o país, entre elas, Getúlio Vargas. A ocasião foi igualmente bem aproveitada por D. Leme. Durante o seu transcurso, foi entregue ao Presidente um documento com reivindicações católicas para uma futura Constituição. O ensino religioso, em escolas públicas e corporações militares, destaca-se entre as questões para as quais se pede atenção. Os atos públicos de fé à Virgem e ao Cristo são colocados como prova da força da Igreja Católica.<sup>48</sup>

As tradições religiosas já uniam o povo e delas o povo já demonstrara que não queria se divorciar. Faltava, entretanto, o governo demonstrar que não desprezava os "clamores da consciência católica", sob pena de que, se não os escutasse, estaria "desamparado de todo o espírito de ordem, respeito e disciplina", jamais podendo "se firmar na paz duradoura e fecunda, porque sem alicerces no amor e na consideração dos governados"<sup>49</sup>. Assim, a Igreja defendeu o respeito às instituições públicas, postura que agradava ao Governo, reivindicando, entretanto, uma legislação de acordo com a doutrina católica. A união dos bispos em torno da propagação da devoção da Virgem de Aparecida e sua promoção à padroeira nacional, selava um passo importante a caminho do sonho antigo: a realização de um Concílio Plenário Brasileiro que ocorreria finalmente em 1939.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

<sup>48</sup> Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC. GV 31. 10. 12/2. III - 44.(fotograma 0480/1).

<sup>49</sup> ibid. (fotograma 0481).

<sup>50</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Bóris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1984. Tomo III, vol. 4. p. 296.

Mas devemos ter cuidado para não cair na tentação de fazer uma história retrospectiva, entendendo que, se a aclamação do padroado foi uma conquista importante para união dos católicos em torno de um centro interno e cujos frutos poderemos ver mais adiante, era a conjuntura de incertezas que, por excelência, moveu aqueles homens. As festividades em homenagem a Nossa Senhora Aparecida deveriam mostrar a força da Igreja aos poderes públicos ainda hesitantes, assim como deveriam despertar a consciência dos católicos e seus deveres cívicos. O amor à pátria se confundia com o amor a Deus e tanto um como o outro deveriam ser pautados pelo respeito e obediência amorosa.

A Igreja Católica conseguiu representar seu poder, mostrando ser um aliado fundamental para que o discurso político encontrasse ressonância popular. Pelo menos teria sido isso que ela fez acreditar. Ao se conformar a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, como símbolo nacional, a Igreja pretendeu representar e integrar diferentes identidades sociais, culturais e étnicas, ao mesmo tempo que forjava uma bandeira capaz de propagar sua grandeza organizacional sobre todo o território brasileiro, impondo-se ao poder secular fosse ele provisório ou permanente.